

UE aprova legislação abrangente sobre inteligência artificial

Lei visa 'proteger direitos fundamentais e a democracia', ao estabelecer níveis de risco para ferramentas de IA

O Parlamento da União Europeia (UE) aprovou ontem as mais abrangentes regras sobre inteligência artificial (IA) do mundo, com 523 votos a favor e 46 contrários. Pioneira, a legislação europeia deve dar o tom para leis a serem adotadas em outros países. As empresas que trabalham com IA, no entanto, avaliam que a lei é abrangente demais. Já os órgãos de controle consideram que não é o suficiente. Os legisladores da UE correram para aprovar a lei depois que o ChatGPT, da OpenAI, chegou ao público, em novembro de 2022.

O eurodeputado italiano Brando Benifei, co-relator do projeto de lei, comemorou a aprovação em uma entrevista coletiva.

—Hoje é um dia histórico em nosso longo caminho para a regulamentação da IA.

A Lei de Inteligência Artificial, segundo o próprio Parlamento, "visa proteger os direitos fundamentais, a de-

mocracia, o Estado de direito e a sustentabilidade ambiental contra a IA de alto risco, promovendo simultaneamente a inovação e tornando a Europa líder neste domínio. O regulamento estabelece obrigações para a IA com base nos seus potenciais riscos e nível de impacto".

Antes da votação, Brannefi tinha dito que a lei "era a primeira no mundo a estabelecer um caminho claro e centrado na Humanidade para o desenvolvimento da IA".

MULTA DE ATÉ € 35 MILHÕES

As regras dão prioridade à privacidade dos cidadãos, ao proibir a coleta de imagens de rostos para criação de bancos de dados faciais. A IA também não pode ser usada para monitorar emoções das pessoas em escolas e locais de trabalho, além de limitar como ela pode ser utilizada em situações sensíveis como análise de currículos para uma vaga de emprego.

As empresas também terão de ser claras sobre o uso de conteúdo para treinar as

ferramentas de IA, respeitando as normas de direito autoral da UE.

A legislação adota uma abordagem baseada em riscos: quanto maior for o risco do sistema, mais rígidas serão as regras. Uma ferramenta de IA poderá até mesmo ter seu uso proibido na UE (veja mais ao lado).

As empresas que não cumprirem as regras poderão ser alvo de multas que variam de € 7,5 milhões a € 35 milhões.

Outro co-relator, o romeno Dragos Tudorache, avalia que o texto permite encontrar o equilíbrio "entre o interesse em inovar e o interesse em proteger". Ele ressalta que a Lei de Inteligência Artificial "é apenas o começo", já que a IA continua a evoluir rapidamente.

—Devemos estar muito atentos à evolução dessa tecnologia no futuro, de forma a responder aos novos desafios que podem surgir.

Em comunicado, o comissário do Mercado Interno da UE, Thierry Breton, afirmou que "a Europa está es-



Futuro. Lei de IA "é apenas o começo", diz co-relator, pois tecnologia continua a evoluir e legisladores terão de se adaptar

Alguns pontos da legislação

> É proibido: Usar sistemas de categorização biométrica baseados em características sensíveis e captar rostos da internet ou de circuito fechado de TV para criar bases de dados de reconhecimento facial. A lei também proíbe o monitoramento de emoções no local de trabalho e nas escolas, a classificação social, o policiamento preditivo e a IA que manipula o comportamento humano ou explora as vulnerabilidades das pessoas.

> Transparência: Os sistemas de IA de uso geral devem respeitar as normas da UE sobre direitos autorais e publicar informação detalhada sobre os dados usados para treinamento dessas ferramentas.

> Alto risco: Serão considerados sistemas de IA de alto risco infraestruturas críticas, educação, emprego, serviços públicos e privados essenciais (como de saúde e bancários), migração e gestão de fronteiras, justiça e processos democráticos (eleições). Esses sistemas necessitam de supervisão humana, e os registros de sua utilização deverão ser transparentes.

estabelecendo um padrão global para uma IA confiável." A Lei de IA entrará em vigor após a assinatura dos Estados-membros e 20 dias depois de publicada no Diário Oficial da UE. Estima-se que esteja implementada em dois anos.

Empresas americanas e europeias, no entanto, mostraram preocupação de que a lei acabe por limitar a competitividade da UE.

"Com um setor de tecnologia digital limitado e investimentos relativamente baixos em comparação com gigantes do setor como os Estados Unidos e a China, as ambições da UE de soberania tecnológica e liderança em IA enfrentam obstáculos consideráveis", escreveu Raluca Ciernatoni, pesquisadora do think tank Carnegie Europe.

Avança nos EUA projeto de lei para banir o TikTok

Câmara dos Representantes aprova texto que obriga chinesa ByteDance a vender o app de vídeos. Senado é a próxima etapa

A Câmara dos Representantes dos Estados Unidos aprovou ontem um projeto de lei que obriga a chinesa ByteDance a vender o TikTok, seu aplicativo de vídeos curtos extremamente popular, sob pena de a ferramenta ser banida dos EUA. Foram 352 votos a favor e 65 contra.

Os parlamentares e a Casa Branca expressaram preocupação de que a propriedade chinesa do TikTok represente um risco à segurança nacional, pois Pequim poderia usar o aplicativo para obter acesso aos dados dos americanos ou realizar campanhas de desinformação. Cerca de 170 milhões de

americanos usam o TikTok. O TikTok, por sua vez, disse aos funcionários que a empresa não planeja mudar sua abordagem para proteger os dados dos usuários, mesmo depois da aprovação do projeto de lei.

"Nossa estratégia permanece a mesma — continuamos a acreditar que a melhor maneira de abordar as preocupações com a segurança nacional é com uma proteção transparente dos dados e sistemas de usuários dos EUA, com monitoramento, profissionais e verificação robusta de terceiros", disse a empresa em um memorando aos funcionários, ao qual a agência Bloomberg teve acesso.

O TikTok reiterou seus

planos de fazer lobby junto ao Senado para que a legislação não seja aprovada, ressaltando estar desapontada com o fato de a Câmara ter aprovado o projeto.

BRIGADA JUSTIÇA

A empresa já sinalizou que deve recorrer a todos os trâmites legais possíveis antes de considerar a venda pelos controladores chineses, de acordo com fontes familiarizadas com o assunto.

Na terça-feira, o CEO do TikTok, Shou Chew, foi ao Capitólio para fazer lobby contra o projeto de lei. A venda do aplicativo é considerada o último recurso para a ByteDance. A operação também exigiria a aprova-



Defesa. Usuários do TikTok protestam em frente ao Capitólio, em Washington

ção do governo chinês, que disse no ano passado que se oporia firmemente a uma venda forçada.

No Senado, porém, o futuro do projeto de lei é incerto.

nuar fazendo lobby junto aos senadores.

O projeto de lei contra o TikTok é mais um capítulo da disputa entre Estados Unidos e a China sobre quem controla tecnologias valiosas, desde chips de computador até a inteligência artificial.

Procurado pela Bloomberg, um porta-voz do TikTok se recusou a comentar os planos da empresa, afirmando apenas que a legislação "tem um resultado predeterminado: uma proibição total do TikTok nos Estados Unidos".

Antes da votação, o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Wang Wenbin, afirmou:

—Nos últimos anos, embora os Estados Unidos nunca tenham encontrado provas de que o TikTok ameace a segurança nacional dos EUA, eles nunca pararam de reprimir o TikTok.

OpenAI fecha acordo para usar conteúdo de Le Monde

Além do jornal francês, grupo espanhol Prisa vai ceder material para treinar ferramenta de inteligência artificial ChatGPT

A OpenAI fechou ontem acordos de licenciamento de conteúdo com duas grandes editoras europeias: o jornal francês Le Monde e o conglomerado de mídia espanhol Promotora de Informaciones SA (Prisa, dono do jornal El País). Os acordos permitirão uso de conteúdo de notícias em francês e espanhol dos dois grupos editoriais pelo ChatGPT, assim como ajudará no treinamento dos modelos de inteligência artificial (IA) de startup. As empresas não divul-

garam os termos da operação.

Os acordos de ontem são a mais recente expansão dos esforços da OpenAI para se acerta com as empresas de mídia em vez de enfrentá-las na Justiça sobre a forma como usa notícias e outros conteúdos disponíveis na internet para treinar suas ferramentas de IA.

A tecnologia generativa de IA por trás de produtos como o ChatGPT usa enormes volumes de texto digital. A utilização de dados on-line tem sido uma prática comum por parte de empresas dessa área. Criadores de conteúdo,

no entanto, afirmam que isso é um desrespeito a seus direitos autorais.

BRIGA JURÍDICA CONTRA NYT

A OpenAI e a Microsoft (que investiu mais de US\$ 10 bilhões na criadora do ChatGPT) estão sendo processadas nos Estados Unidos pelo jornal The New York Times, que as acusa de violação de direitos autorais por terem usado seu conteúdo para treinar ferramentas de IA.

Escritores, programadores de computador e outros grupos de profissionais também entraram recentemente com

ações de direitos autorais contra a startup e outras empresas que criam ferramentas de IA generativa — tecnologia que gera textos, imagens e outras mídias a partir de instruções.

Em dezembro, o New York Times proibiu o uso de seu conteúdo por plataformas de IA sem autorização. Seu argumento é que "para produzir jornalismo de qualidade, investe uma enorme quantidade de tempo, dinheiro, experiência e talento", e que se sua "capacidade de obter receitas" fosse colocada em dúvida, a qualidade e a quantidade da produ-

ção editorial diminuiriam.

A OpenAI contestou as alegações dizendo que o jornal induziu sua ferramenta a dar respostas com seu conteúdo.

Assim como o NYT, o Editor Globo, que publica o GLOBO, Extra e Valor, também tomou a decisão editorial de não permitir o acesso ao seu conteúdo por ferramentas de IA.

Brad Lightcap, diretor de operações da OpenAI, disse à Bloomberg que o objetivo do acordo é permitir que os usuários do ChatGPT "se conectem com as notícias de novas maneiras". —Estamos empenhados em

apoiar o jornalismo aplicando novas tecnologias de IA e aumentando as oportunidades para criadores de conteúdo.

Nos próximos meses, os usuários do ChatGPT verão resumos de notícias do Monde e dos veículos da Prisa em respostas selecionadas, informou a OpenAI. As respostas do chatbot também fornecerão "links aprimorados" para os artigos originais, dando aos usuários a capacidade de acessar informações adicionais ou artigos relacionados nos sites de notícias das duas empresas.

Em seu site, o Monde informou que, pelo acordo, suas equipes terão acesso às tecnologias da OpenAI.

A OpenAI já havia feito acordos com outras empresas de mídia, como a alemã Axel Springer, e está em negociações com CNN, Fox e Time.